

**“Os projetos de irrigação vieram a reboque da política regional de irrigação, pois o Piauí, na verdade nunca formulou nenhuma política coerente de irrigação. As áreas potencialmente irrigáveis chegam, de acordo com levantamentos preliminares, a cerca de 438.450 ha. No entanto, quase a totalidade desses recursos encontram-se em estado bruto, não passam de 15.000 ha, as áreas irrigadas, considerando-se que 2/3 são de iniciativa privada e, grande parte, em irrigação em várzeas.”**

anos 80, em termos de número e em meses de contratação, os maiores índices de utilização foram registrados nos municípios de maior incidência de projetos.

A pecuária é a atividade que mais cresce no setor desde meados dos anos 70. Com ela crescem também as áreas de lavouras temporárias, pois a formação de novos pastos era realizado, preferencialmente, através do trabalho de famílias não-proprietárias de terras que recebiam pequenas parcelas de terras nas grandes propriedades com a obrigação, após algum tempo, de entregá-las com pastos formados.

Uma outra repercussão provocada pelos projetos implementados é a forte concentração da terra que os mesmos provocam. Isso, fica muito claro quando se compara indicadores de distribuição de terras entre municípios que receberam projetos com municípios que não receberam. Além do mais, esses projetos aceleraram o fluxo migratório rural-urbano no período, levando a uma queda da população rural em termos absolutos, durante as duas últimas décadas

Durante o período analisado a pequena produção de subsistência perde importância relativa em relação a produção agropecuária. O valor da produção agropecuária pendeu fortemente a favor das unidades produtivas mais capitalizadas e melhor inseridas no mercado, embora a participação em termos número de estabelecimentos não ultrapasse os 12% ●

# Revisitando a formação econômica do Piauí

Solimar Oliveira Lima\*

A historiografia piauiense pouco tem avançado nas análises sobre a formação econômica do Piauí. Ainda se reproduz a tese dos “ciclos econômicos”, difundida por textos clássicos da história econômica do Brasil, para apresentar a então nascente economia do Estado e justificar o seu atraso frente outras regiões. Tal tese de interpretação da formação da economia brasileira instituiu legados historiográficos que comprometem, e muito, a compreensão de economias regionais que, segundo os defensores, se mostraram pouco inseridas, ou inseridas periodicamente, no contexto geral de acumulação.

A concepção metodológica dos ciclos tem em *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, salvo engano, sua principal fonte de divulgação e influência nas gerações de escritos. A fonte se constitui como referência de qualidade inquestionável, contudo, a tese potencializou o surgimento em estudos regionalizados de explicações do processo econômico que tendem a apresentar as economias como propulsoras de desenvolvimento apenas quando se constituem enquanto “ciclo”. Assim, as atividades econômicas cíclicas, apresentadas como dominantes e voltadas para o mercado adquirem status de dinâmicas. Segundo estas explicações, passado o período de inserção, como resultado da “perda de mercado”, surge a fase de decadência, onde as atividades entram em processo de involução ao ponto de transformarem-se em economias de subsistência.

No Piauí, estudos mostram a agropecuária como base econômica dominante na História do Estado. Segundo as análises, a pecuária, atividade cíclica, predominante entre os séculos XVII e XIX, apresentou sua fase dinâmica e de decadência. No primeiro momento, até início dos Dezenove, as unidades produtivas, as fazendas, encontravam-se integradas ao mercado, participando ativamente do comércio de gado bovino no Nordeste e Minas Gerais.

Neste contexto, a exceção do cultivo de algodão, a agricultura praticada era a de subsistência, voltada para satisfazer as limitadas necessidades das fazendas e de seus minguados trabalhadores. No período de decadência, a pecuária se transforma, também, em atividade de caráter de subsistência, o que significou para a economia estagnação, pobreza e isolamento socioeconômico. Nesta perspectiva, cessam o

comércio com diferentes mercados, desaparecem as rendas monetárias e regride o já atrasado processo produtivo. O Piauí permaneceu assim até que um outro ciclo surgiu como redenção da economia no início do século XX: o extrativismo.

Na historiografia piauiense, o historiador Odilon Nunes e o economista Raimundo Nonato M. de Santana fizeram surgir, de forma articulada em discurso científico, esta visão da formação econômica do Estado que se reproduz em textos consagrados pelo uso corrente em referências bibliográficas como, por exemplo, *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento* elaborado por uma equipe de técnicos da Fundação CEPRO. Odilon Nunes, por exemplo, fortemente influenciado pela concepção dos ciclos para explicar o conjunto da economia, acabou por submeter a sua extensa e exaustiva pesquisa à determinação teórica. A reprodução de seu pensamento, como em *Piauí: evolução... e em outros textos*, dá-se não só pelo valor de sua pesquisa, mas sobretudo pela falta de disposição dos autores em escrever fundamentados em pesquisa que não seja a bibliográfica. A história econômica do Piauí caracteriza-se, no geral, como uma produção de gabinetes, onde poucos autores realizaram pesquisas em fontes documentais e arquivos

A concepção metodológica, e ideológica, dos ciclos econômicos nos ajuda a compreender o processo geral de acumulação do Brasil. Entretanto, torna-se limitada quando nos voltamos para o estudo das economias regionais e seus diferentes processos internos de acumulação. A transferência da análise do geral para o particular como forma de desvelar a formação social, resultou em abordagens que deixam de perceber os movimentos e avanços internos das economias, bem como as contradições sociais. Voltar-se para o particular, no Piauí, parece ser uma resistência de nossos economistas, como se a análise trouxesse em si desvalor ao pensamento e à produção.

Ser um economista estudioso das “pequenas coisas”, baseando-se em fontes documentais, no nosso caso, é um caminho seguro para uma maior compreensão do passado e das raízes de nossa sociedade. Fontes disponíveis no Arquivo Público do Estado do Piauí revelam que, ao contrário do que comumente se afirma, a pecuária não passou por um processo de isolamento, muito menos adquiriu características

\* William Jorge Bandeira é professor do Departamento de Economia/UFPI e Consultor da WJB - Consultoria & Projetos Ltda. Doutor em Economia pela UNICAMP.

de subsistência; e a agricultura praticada nas fazendas, desde o início do século XIX, era de forma dominante voltada para satisfazer as necessidades do mercado interno. O criatório piauiense caracterizou-se por possuir dois tipos de unidades produtivas: a fazenda particular e a fazenda pública.

As propriedades públicas tiveram origem no legado do sertanista Domingos Afonso Mafrense à Companhia de Jesus, em 1711, que as administrou até 1760, quando foram confiscadas pela Coroa Portuguesa e, sob nova administração foram denominadas Fazendas do Real Fisco. Com a independência do Brasil, em 1822, ficaram sob administração do Império como Fazendas Nacionais ou Fazendas da Nação.

O pastoreio nas fazendas privadas e públicas apresentava diferenças significativas quanto à produção e comercialização. Nas propriedades públicas estruturou-se uma produção escravista rigidamente organizada, com utilização dominante e sistêmica do trabalhador escravizado. Os afro-descendentes eram responsáveis por todos os serviços da atividade: montagem e conservação da infra-estrutura, manejo do gado nos campos e curral, e transporte do gado para feiras. As propriedades particulares, sobretudo as maiores, utilizavam o trabalho escravo de forma dominante apenas nas tarefas consideradas mais pesadas, como na criação e manutenção da infra-estrutura requerida pela pecuária. No manejo do gado nos campos e currais predominava o trabalho livre com relações de trabalho não assalariadas, o chamado "sistema de quarta".

A indicação do caráter subordinado e aleatório do trabalho escravo na atividade pastoril das fazendas particulares forjou uma compreensão generalizada para o conjunto das fazendas no Piauí. Baseada nas condições de produção do pastoreio - criatório extensivo - a historiografia tradicional sustentou a tese de reduzida utilização do trabalho escravo na pecuária, bem como a tese de benignidade do escravismo piauiense. Tese impulsionada pela presença na economia de unidades produtoras públicas, que, vistas sob o prisma ideológico do presente, são apontadas como verdadeiros oásis de bem-estar para os trabalhadores escravizados na dura realidade escravista brasileira. Além disso, ao restringir a questão ao tipo de trabalhador e suas utilizações, a mesma historiografia, retirou do debate as contradições sociais que envolvem o trabalho escravo e o trabalho livre nas unidades produtivas; mais ainda, inviabilizou a percepção do processo de acumulação de riquezas por parte dos fazendeiros e administração pública resultante da exploração do trabalho.

A comercialização do gado das propriedades públicas foi constante, e até

1872, realizada diretamente com comerciantes da Bahia. Na década de vinte, os compradores passaram a arrematar os bois de era na cidade de Oeiras e eram, eles, os responsáveis pelo transporte. Antes, o gado era entregue em Salvador por tropeiros condutores indicados pelas autoridades-governamentais e autorizados a negociar o gado na feira. Em média negociava-se 4 mil bois por ano, estimativa que se mantém constante entre 1770 e 1872.

A comercialização da produção das fazendas particulares, até o final dos Setecentos, acompanhou a demanda dos chamados "ciclos", assim voltou-se inicialmente para o Nordeste e posteriormente para Minas Gerais, período caracterizado pela historiografia como de participação ativa no comércio de carne. Entretanto, no denominado período de "decadência", século XIX, as fazendas particulares continuaram exportando sua produção, sobretudo para o mercado nordestino, especialmente Maranhão, Pernambuco e Bahia. Os dízimos, impostos, continuaram sendo pagos para os cofres públicos do Estado. Em 1861, por exemplo, a Fazenda São Tomé, nas cercanias de Oeiras, remeteu para o Maranhão 2.400 bois de era. No ano anterior, tinham sido vendidos animais para a Bahia. Fontes apontam outras remessas, de outras fazendas de Oeiras, Valença, Piaracuruca e Parnaíba, para Pernambuco e Bahia.

**"Ser um economista estudioso das "pequenas coisas", baseando-se em fontes documentais, é um caminho seguro para uma maior compreensão do passado e das raízes de nossa sociedade."**

As propriedades particulares ainda descobriram novos mercados, voltaram-se para o abastecimento de vilas do Estado, inclusive a Nova Capital. O mercado interno já era uma fonte de rendimentos para outros produtos das fazendas, e passou a ser sistematicamente abastecido com carne. A dieta alimentar, de ricos e pobres, nas fazendas ou vilas, baseava-se fundamentalmente na farinha e carne bovina, verde ou seca. Um aglomerado populacional com cerca de 300 pessoas consumia em média 800 reses por ano, ou duas matalotagens por dia.

Diante do limitado, porém crescente mercado, realizava-se rodízios de fornecimento, quase sempre, a cada quinze dias uma fazenda ficava responsável pelo abastecimento. É certo que o fluxo de gado e de rendimentos sofreram uma queda quando as fazendas particulares diminuíram suas remessas de tropas para os mercados regionais, dado a concorrência de outros centos produtores. Contudo, é exagerada e sem respaldo documental a afirmação de que o pastoreio se transformou em atividade de caráter de subsistência. As fazendas continuaram produzindo gado como sempre produziram, comercializando a produção e auferindo rendimentos.

A agricultura pode ser, com segurança, caracterizada como de subsistência até primeira metade dos Oitocentos. O incentivo à produção de cereais visava à diversificação da dieta alimentar para diminuir as matalotagens nas fazendas, o que significa reduzir o número de rezes abatidas para consumo. Inicialmente plantava-se, sobretudo, feijão e milho. Com o passar dos anos, estimulou-se o cultivo de mandioca, algodão, cana-de-açúcar e fumo. Na lavoura praticada nas fazendas, públicas e privadas, a mandioca foi o plantio de maior importância, por potencializar a existência de uma rede de integração socio-econômica em decorrência do processo de fabricação de farinha. O mercado para a comercialização da farinha era relativamente amplo, considerando-se a estrutura populacional.

Originou-se uma malha de distribuição do produto que, embora dependente das passadas dos animais, conseguia suprir as mais distantes fazendas, povoados e vilas. O comércio interno de gêneros, entre eles a farinha, era regular e expressivo, o que incentivou a Câmara de Vereadores de Oeiras, em 1850, a regulamentar posturas para a comercialização na Casa de Feiras ou mercado. Para a Casa, eram regularmente enviadas tropas com farinha de diferentes fazendas e negociantes. Em 1770, as fazendas públicas já forneciam farinha para a Vila. Em 1845, o departamento de Nazaré (as propriedades eram administrativamente divididas em departamentos ou Inspeção, Nazaré, Piauí e Canindé) enviou em uma única entrega, considerada "última condução" de um total de quatro, cerca de 54 alqueires (1.620 quilos). As unidades produtivas, as fazendas, potencializaram um processo de acumulação de riquezas capaz de estruturar a vida urbana e engendrar a formação de um mercado interno articulado. Somados ao interesse de administração política, os rendimentos provenientes da pecuária incentivaram o processo de urbanização. Muitas vilas surgiram e cresceram em função de construções residenciais de fazendeiros. Na nova Capital, Teresina, por exemplo,

*“A elite fazendeira atrasada associada a elite administrativa predadora contentaram-se socialmente em manter os privilégios assentados no poder da terra e poder de decisões.”*

*foi fundamental o apoio dos proprietários rurais na edificação e financiamento (muitas doações) de casas particulares e prédios públicos. É, sobretudo, nestes aglomerados, e por conta do dinheiro dos fazendeiros, que se esboça e se estrutura “a vocação” da economia piauiense: o comércio e os serviços. Portanto, a elite rural financeira diretamente a diversificação da economia.*

*Nas maiores vilas, a necessidade de comercialização de produtos primários evoluiu rapidamente para o de bens mais elaborados e caros. Produtos que por falta de produção interna passaram a ser adquiridos fora do Estado, muitos no exterior, fazendo fortalecer a categoria negociante e proliferar casas comerciais. Paralelo, cresceram o número de repartições públicas e o de trabalhadores disponibilizados para os serviços requeridos pelo status dos fazendeiros, comerciantes, administradores e funcionários públicos. Estrutura-se, portanto, um mercado de trabalho formado por trabalhadores dependentes, escravizados ou livres, para servir aos donos do dinheiro e aos donos do poder com a mesma subserviência e disciplina requeridas nas fazendas.*

*A elite fazendeira atrasada associada a elite administrativa predadora contentaram-se socialmente em manter os privilégios assentados no poder da terra e poder de decisões. Não investiram e boicotaram as iniciativas de investimento na produção de bens que necessariamente dependiam de esforços industriais. Estas elites optaram pelo tempo pré-capitalista para viver, e legaram o estilo de vida ao Estado.*

*Nos próximos números do Informe Econômico trato com mais vagar da história econômica piauiense, começando pelo processo produtivo da pecuária escravista ●*

\* Solimar Oliveira Lima é professor do Departamento de Economia/UFPI. Doutor em História pela PUCRS.

## CELSO FURTADO E A ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA

Samuel Costa Filho\*

A obra de Celso Furtado, assim como os trabalhos de Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes, tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a problemática do desenvolvimento capitalista brasileiro. Para esses autores, a preocupação com o desenvolvimento capitalista brasileiro diz respeito ao estudo do processo de constituição de uma economia nacional relativamente autônoma. Embora utilizando métodos de análise distintos e estudando períodos diferentes da nossa história, todos os três estudiosos irão chegar a constatação de que o Brasil enfrenta um momento decisivo na sua constituição como nação.

Celso Furtado pensa a problemática do desenvolvimento como decorrentes de mudanças qualitativas na divisão técnica do trabalho e de modificações qualitativas e quantitativas na riqueza social. Nessa ótica, Furtado vê o desenvolvimento como processos sociais em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduz à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social.

De acordo com Furtado, no processo de construção da nação brasileira se faz necessário superar nossa dependência cultural, econômica e tecnológica. Este fato se deve a inserção subordinada de nossa civilização no sistema capitalista mundial como produto da acumulação mercantil portuguesa. Desse modo, o desenvolvimento econômico brasileiro deve ser um processo no qual a sociedade subordine a economia aos seus objetivos, tendo o controle dos meios e fins a atingir.

Na obra Formação Econômica do Brasil, Furtado apresenta como se processou de milagre em milagre a formação desse país chamado Brasil. Demonstra também como a sociedade e a economia brasileira foi produto da empresa colonial integrada ao sistema econômico europeu objetivando viabilizar a acumulação primitiva do capital.

Em obras posteriores Celso Furtado procura explicar a existência de um processo de constituição e de formação econômica do Brasil até 1930, e como esse processo foi interrompido e/ou paralisado. Dito de outra maneira, Furtado procura explicar na formação econômica do Brasil, as circunstâncias externas e internas que levaram nosso país a crescer e se modernizar sem enfrentar dilemas históricos, sem resolver seus problemas, e como agora temos que enfrentar essas questões.

A construção de um sistema econômico nacional-Nação, se dá para Furtado por um processo adaptativo que:

1) realize a construção territorial e sociocultural da unidade nacional;

2) fortaleça os centros internos econômicos de decisão e o comando do excedente, e

3) construa uma base nacional, reciclando as formas de dependência. Todavia, o Brasil em virtude da sua heterogeneidade econômica, social e cultural apresenta limitações a esse processo, acarretando graves desequilíbrios sociais e regionais.

Segundo Furtado, o peso da herança colonial é fundamental para entendermos a nossa dimensão continental, o desenvolvimento da heterogeneidade social e cultural, como também o caráter atávico da economia nordestina. A gênese do nosso subdesenvolvimento está ligada a difusão desigual dos frutos do progresso técnico decorrente da revolução industrial concentrada em certas áreas, enquanto o Brasil, ao longo desse período, encontrava-se passando por um hiato produtivo entre o ciclo do ouro e o ciclo do café (1775-1850), ou seja, o Brasil ao longo deste período tem uma inserção irrelevante no sistema capitalista mundial no momento inicial de difusão do Fordismo. Outro ponto que deve ser enfatizado diz respeito ao caráter ultra-elitista e dependente da economia cafeeira prejudicando o aparecimento de uma burguesia nacional.

A revolução industrial concentrou em alguns países a especialização na produção de manufaturas, ficando os demais países produzindo produtos agrícolas e matérias-primas destinadas à exportação, formando o que Raul Prebisch classificou de sistema “centro-periferia”.

Nesse contexto, o subdesenvolvimento brasileiro decorre do processo de modernização, que aliou a difusão de valores e a conseqüente adoção de padrões de consumo imitativo de sociedades com nível de riqueza muito elevados, a existência de um sistema produtivo que apresenta segmentos operando com níveis tecnológicos distintos, isto é, um setor moderno ligado à exportação e setor atrasado produzindo para o mercado interno.

Como se nota, para Celso Furtado o desenvolvimento e o subdesenvolvimento fazem parte de um mesmo processo histórico, em que a idéia de dependência é parte integrante dessa lógica. Para Furtado o subdesenvolvimento, por conseqüente, é uma conformação estrutural produzida pela forma como se propagou o progresso tecnológico no plano internacional.

No Brasil, a produção de produtos agrícolas de exportação nesse período